

5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas
08.03.2017
PAOD
Declaração Política
Dia Internacional da Mulher - Pela igualdade e justiça social!

1

Assinala-se hoje, dia 8 de Março, o Dia Internacional da Mulher. Dia que constitui uma marca simbólica da luta das Mulheres pela igualdade de direitos e consequentemente pela sua emancipação económica, social e política.

Proposto em 1910 como Dia Internacional da Mulher, na 2ª Conferência Internacional de Mulheres (Copenhaga), por Clara Zetkin – destacada dirigente do movimento comunista alemão e da Internacional Comunista – a sua consagração marcou uma nova etapa da luta das mulheres contra a exploração capitalista.

Este caminho com mais de um século tem que ser encarado em cada momento histórico como um processo dialético na construção de uma sociedade onde Homem e Mulher seja sinónimo de plena igualdade.

Numa incursão por este percurso histórico temos a partir de 1910, com a implantação da **primeira República**, a luta das mulheres pelos direitos sociais e políticos, direitos prometidos mas que na prática seriam cerceados. O exemplo de Carolina Beatriz Ângelo é elucidativo. Foi a primeira mulher portuguesa a exercer o direito de voto em 1911 nas eleições para a Assembleia Constituinte, fazendo uso da sua condição de chefe de família, situação prevista na primeira lei eleitoral da República Portuguesa que reconhecia o direito de votar aos «cidadãos portugueses com mais de 21 anos, que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família». A *ousadia* de Carolina Beatriz Ângelo levou a que a lei fosse alterada e passasse a explicitar que apenas os chefes de família do sexo masculino poderiam votar. Afinal, para os republicanos, as mulheres não eram cidadãs.

Com a instauração do **regime fascista** mantêm-se as discriminações no exercício do direito ao voto e o estatuto da mulher transforma-a num ser subalterno. Como nos diz a historiadora Isabel Pimentel, *“a posição hierárquica da mulher era inferior à do homem, «chefe da família», ao qual ela devia obediência, fosse a filha ao pai, ou a esposa ao marido.*

Embora a Constituição de 1933 afirmasse a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, esta incluía uma cláusula que consagrava as exceções ao princípio de igualdade constitucional: «salvo, quanto às mulheres, as diferenças da sua natureza e do bem da família». Ou seja, em nome de um fator biológico – a «natureza» – e de um fator ideológico – o «bem da família», as mulheres seriam discriminadas”.

As mulheres casadas não podiam mexer na sua propriedade, as enfermeiras não podiam casar, as professoras tinham que pedir autorização ao governo e só podiam casar com um homem que tivesse um vencimento superior ao delas. Uma mulher casada não podia ir para o estrangeiro

sem autorização do marido, não podia trabalhar sem autorização do marido, o qual podia chegar à empresa e dizer: eu não autorizo a minha esposa a trabalhar!

O fascismo, período assombroso da nossa história recente, que alguns tentam matizar designando-o por Estado Novo e com isso despojando-o da carga ideológica, repressiva e retrógrada, o fascismo, dizia, teve a luta e a resistência de Mulheres e Homens que se ergueram contra uma das mais ferozes ditaduras da Europa. Luta e resistência que teve no PCP, partido que acaba de celebrar 96 anos de vida, a grande força impulsionadora.

E porque neste dia enaltecemos a luta das Mulheres, falamos de mulheres que vivem no nosso concelho. A Olga Gil, prémio Beatriz Ângelo de 2014, a Rosa Passão, a Amélia Estevão, entre outras, que participaram ativamente nesse processo e sofreram as consequências da repressão.

A **Revolução de Abril** abre as portas para um mundo novo onde as Mulheres terão a sua dignidade restituída. Não por um ato de magia ou bondade, mas pela sua intensa participação no processo revolucionário, magistralmente interpretado por Maria Velho da Costa em *Revolução e Mulheres*, do qual destacamos um excerto.

Elas fizeram greves de braços caídos.

Elas brigaram em casa para ir ao sindicato e à junta.

Elas souberam dizer salário igual e creches e cantinas.

Elas foram pedir para ali uma estrada de alcatrão e canos de água.

Elas encheram as ruas de cravos.

Elas disseram à mãe e à sogra que isso era dantes.

Elas foram para as portas de armas com os filhos ao colo.

Elas ouviram falar de uma grande mudança que ia entrar pelas casas.

Elas choraram no cais agarradas aos filhos que vinham da guerra.

Elas aprenderam a mexer nos livros de contas e nas alfaias das herdades abandonadas.

Elas dobraram em quatro um papel que levava dentro uma cruzinha laboriosa.

Elas sentaram-se a falar à roda da mesa a ver como podia ser sem patrões.

Elas levantaram o braço nas grandes assembleias.

Elas disseram à mãe, segure-me aí os cachopos, senhora, que a gente vai de camionete a Lisboa dizer-lhes como é.

Elas vieram dos arrabaldes com o fogão à cabeça ocupar uma parte de casa fechada.

Elas estenderam roupa a cantar, com as armas que temos na mão.

O caminho percorrido desde então foi marcado por importantes conquistas mas também por retrocessos. Num curto espaço de tempo realizaram-se avanços gigantescos no processo emancipador das mulheres. Elas deixaram de estar confinadas à esfera privada do lar e conquistaram espaço na esfera pública. A sua intervenção política e social impulsionou uma profunda alteração de mentalidades, abalando preconceitos e pondo em causa valores obscurantistas e reacionários da doutrina do regime fascista sobre o papel das mulheres na família, no trabalho e na sociedade.

No **tempo presente** celebrar o Dia Internacional da Mulher é erguer a voz e afirmar que a igualdade de direitos está longe de ser cumprida. Porque há discriminação nos salários, porque os contratos de trabalho são precários, em especial para as mulheres, porque do conjunto de trabalhadores por conta de outrem com trabalho a tempo parcial 71,5% são mulheres e dos trabalhadores na situação de “subemprego forçado” 62% são mulheres. Porque precariedade e trabalho a tempo parcial significam baixos salários. Porque os baixos salários se farão refletir no futuro em baixas pensões de reforma perpetuando o ciclo de pobreza no feminino.

Os dados de 2016 mostram que o ganho médio mensal das mulheres é 21,13% inferior aos dos homens. E, ao contrário do que comumente se julga, a elevação do nível de escolaridade constitui uma fonte de desigualdade, pois quanto mais elevada é a formação académica maior é a diferença salarial, numa clara desvantagem para as mulheres. A remuneração média da Mulher com uma licenciatura é 29,3% inferior à do Homem licenciado.

Neste tempo, em que o Estado transfere para terceiros as responsabilidades das respostas no apoio às famílias (para a infância, os idosos ou as pessoas com deficiência), respostas que deviam ser públicas, volta a ser colocado sobre as mulheres o peso dessa função. À carga cultural que ainda predomina na nossa sociedade de que cuidar da família é tarefa de mulheres, junta-se a situação de desvantagem que elas têm no emprego para, na hora de decidir quem falta ao trabalho, essa decisão incidir sobre a mulher pois ganhando menos a incidência no orçamento familiar é menor.

No dia de hoje, por todo o país, não faltarão discursos contra as desigualdades e a discriminação da Mulher. O que verdadeiramente se impõe neste tempo histórico é a adoção de políticas eficazes de promoção da igualdade. Porque é de justiça e progresso que se trata! As mulheres constituem a maioria da população portuguesa e da população ativa. O país não evolui enquanto essa maioria for tratada de forma desigual.

Porque não há igualdade sem justiça social, sem desenvolvimento sem a participação e emancipação das mulheres, este tem que ser o tempo de mudança!

Odivelas, 08 de março de 2017

Os Vereadores da CDU